



**Centro Social e Paroquial de Aguiar**

*Serviço de Apoio Domiciliário*

*Centro de Convívio*

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**E ANEXO 2025**

## ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
Balanço individual em 31/12/2025 .....	4
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31/12/2025 .....	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	5	16 193,99 €	24 832,65 €
Outros activos financeiros	5	539,85 €	539,85 €
Total dos Activos Não Correntes		16 733,84 €	25 372,50 €
Adiantamentos a fornecedores	7	4 343,00 €	
Estado e outros entes públicos	6	1 007,01 €	965,55 €
Diferimentos	8	1 628,58 €	1 600,97 €
Outros activos correntes	9		
Caixa e depósitos bancários	4	145 763,07 €	141 670,02 €
Total dos Activos Correntes		152 741,66 €	144 236,54 €
Total do Activo		169 475,50 €	169 609,04 €
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundo Social	18	4 987,98 €	4 987,98 €
Resultados transitados	18	114 862,54 €	110 746,60 €
Outras variações nos fundos sociais	18	10 000,00 €	15 000,00 €
Resultado líquido do exercício	18	2 487,39 €	4 115,94 €
Total dos Fundos Patrimoniais		132 337,91 €	134 850,52 €
<b>Passivo</b>			
Outros passivos correntes	9	20 000,00 €	20 000,00 €
Total dos Passivos Não Correntes		20 000,00 €	20 000,00 €
Fornecedores	7	2 909,15 €	835,37 €
Estado e outros entes públicos	6	2 877,71 €	3 499,76 €
Outros passivos correntes	9	11 350,73 €	10 423,39 €
Total dos Passivos Correntes		17 137,59 €	14 758,52 €
Total do Passivo		37 137,59 €	34 758,52 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		169 475,50 €	169 609,04 €

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Aguiar, 31 de Março 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

Carlos Miguel Teixeira da Silva Costa  
António Dias da Rocha  
Fernanda Ilaria Sousa Pato  
Paulo Jorge Sobrinho Araújo  
Susana Filipa Ferreira da Silva Nova

**Demonstração individual dos Resultados por Naturezas  
do Período findo em 31 de Dezembro de 2025**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e Prestações de Serviços	14	156 728,55 €	143 797,13 €
Subsídios à exploração	15	2 875,12 €	648,16 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	-29 312,64 €	-28 645,20 €
Fornecimentos e serviços externos	11	-26 624,59 €	-21 510,95 €
Gastos com o pessoal	10	-97 512,39 €	-86 597,35 €
Outros rendimentos e ganhos	16	5 384,48 €	7 000,10 €
Outros gastos e perdas	12	-526,84 €	-330,56 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>11 011,69 €</b>	<b>14 361,33 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8 638,66 €	-11 398,66 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 373,03 €</b>	<b>2 962,67 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	114,36 €	1 153,27 €
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 487,39 €</b>	<b>4 115,94 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>	18	<b>2 487,39 €</b>	<b>4 115,94 €</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Aguiar, 31 de Março 2026

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIRECÇÃO

*Carlos Miguel Reis da Costa*  
*António Dias de Fátima*  
*Fernanda Maria Sousa Ramos*  
*Paulo Jorge Roberto Araújo*  
*Susete Filipa Fereira Almeida*

# ANEXO

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

### **1– IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

#### **1.1- Designação da entidade**

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE AGUIAR

#### **1.2- Sede**

Rua de Santo António, nº 33  
Aguiar  
4750 –640 Barcelos

#### **1.3 - Natureza da actividade**

O Centro Social e Paroquial de Aguiar é uma IPSS sem fins lucrativos criado em 1998, sediada no concelho de Barcelos e tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento integral das pessoas cooperando com os serviços públicos competentes ou com as instituições particulares locais num espírito de solidariedade humana, cristã e social. Localizada na bacia orográfica do Vale do Neiva, a instituição insere-se numa região rural cujas actividades económicas predominantes são a agricultura e o sector fabril. A sua origem remonta à década de 70, com o propósito de criar uma resposta social que servisse a população local e periferia.

Actualmente destacam-se os serviços prestados de Apoio Domiciliário.

### **2– REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho que veio alterar legais, a saber; Dec. Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, o qual instituiu o sistema de normalização contabilística, SNC, anteriormente alterado pela Lei n.º 20 / 2010 de 23 de Agosto; pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de Março; pelas Leis n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro; e 83-C/2013, de 31 de Dezembro

. Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Portaria n.º105/2011 de 14 Março;
- Portaria n.º106/2011 de 14 Março;
- Aviso n.º6726-B/2011 de 14 Março;
- Portaria n.º218/2015 de 23 de Junho (Código de Contas e Notas de Enquadramento);
- Portaria n.º220/2015 de 24 de Junho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015 de 29 de Julho 2015 (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8255/2015 de 29 de Julho (Norma Contabilística para Micro-Entidades)
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de relato financeiro – 28)
- Aviso n.º 8257/2015 de 29 de Julho (NCRF-PE)
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho (Normas Interpretativas e NCRF-ESLN)

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial base para os períodos. Estas normas foram ainda aplicadas no período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respectivos montantes em euros.

## **2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

## **3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

#### **3.1.1 - Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados segundo o modelo do custo, para cada grupo de bens, previsto na NCRF 7, no momento da sua aquisição ou construção, incluindo, se for o caso, o custo com: direitos de importação; impostos de compra não reembolsáveis; custos necessários para o colocar em funcionamento; os custos de desmantelamento ou remoção associados, deduzido de descontos e abatimentos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Para a generalidade dos activos da entidade não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos».

### **3.1.2 - Activos fixos Intangíveis**

O reconhecimento destes activos é efectuado tendo em conta o preço de compra no momento da sua aquisição ou construção, incluindo, se for o caso, o custo com: direitos de importação; impostos de compra não reembolsáveis; custos directamente atribuíveis de preparação do activo para o seu uso pretendido, deduzindo de descontos e abatimentos.

Após o reconhecimento como activo os activos intangíveis são escriturados pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

### **3.1.3 – Imparidade de activos**

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia é a mais alta entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização dos testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente para cada activo.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Procede-se à reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos operacionais

### **3.1.4 - Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, tais como, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis os custos de transporte e de manuseamento e outros directamente atribuíveis á aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico (fornecimentos e serviços externos de fabrico) e respectivos custos financeiros.

São reconhecidas as imparidades nos exercícios em que se verifiquem necessidades de ajustamentos, utilizando o custo de reposição como referencial.

Quando deixarem de se verificar as condições que originaram a perda de imparidades é reconhecida uma reversão da perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os gastos referentes a inventários vendidos são reconhecidos no mesmo período de reconhecimento do rédito.

Aplicaram-se as disposições e critérios da NCRF 18.

### **3.1.5 – Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **3.1.5.1 – Clientes/Utentes e outras contas a receber**

As dívidas dos clientes/utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes/utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **3.1.5.2 - Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **3.1.5.3 - Empréstimos**

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, são reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10, com excepção dos gastos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis que são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se após a data da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do activo ou quando o projecto em causa está suspenso

#### **3.1.5.4 - Caixa e seus equivalentes.**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

São aplicáveis as disposições e definições da NCRF 2.

#### **3.1.6 - Periodizações**

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

#### **3.1.7 – Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **3.1.8 – Gastos e rendimentos**

A entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos á medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas Outras contas a receber / pagar correntes e diferimentos.

### **3.2- Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Eventos subsequentes:

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

### **3.3 – Principais fontes de incerteza das estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações à data do balanço. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e são baseados:

- na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e
- nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas

#### 4 – FLUXOS DE CAIXA:

##### 4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de Caixa e seus equivalentes, tem a seguinte decomposição:

Descrição	Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	11	1 086,91 €	536,06 €
Depósitos à ordem	12	44 676,16 €	41 133,96 €
Depósitos a prazo	13	100 000,00 €	100 000,00 €
		<b>145 763,07 €</b>	<b>141 670,02 €</b>

#### 5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS E ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

##### 5.1 – Outros Investimentos Financeiros

O valor de 539,85€ contabilizado neste exercício de 2025 e em 2024, em outros investimentos financeiros diz respeito ao fundo de compensação salarial.

##### 5.2 – Activos Fixos Tangíveis

Em relação aos activos fixos tangíveis os pontos a divulgar são:

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, a partir do mês em que os bens se encontrem disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação aplicadas reflectem a vida útil esperada dos activos ,excepto para elementos de reduzido valor, cuja depreciação é totalmente reconhecida no período de aquisição.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis			10 - 20 Anos	3 - 10 Anos	4 – 6 Anos	3 - 8 Anos	3 - 15 Anos
Taxas de depreciação			5% - 10%	10% - 33,33%	16,67% - 25%	12,5% - 33,33%	6,67% - 33,33%
Métodos de depreciação			Linha recta	Linha recta	Linha recta	Linha recta	Linha recta

A quantia escriturada bruta, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Rubrica	2025			2024		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Edifícios O. Construções	11 114,55 €	7 965,11 €	3 149,44 €	11 114,55 €	7 178,23 €	3 936,32 €
Equip. Básico	15 909,88 €	15 909,88 €		15 909,88 €	15 909,88 €	
Equip. Transporte	68 788,85 €	55 744,30 €	13 044,55 €	68 788,85 €	47 892,52 €	20 896,33 €
Equip. Administrativo	8 526,70 €	8 526,70 €		8 526,70 €	8 526,70 €	
Outros A.F. Tangíveis	1 023,67 €	1 023,67 €		1 023,67 €	1 023,67 €	
	<b>105 363,65 €</b>	<b>89 169,66 €</b>	<b>16 193,99 €</b>	<b>105 363,65 €</b>	<b>80 531,00 €</b>	<b>24 832,65 €</b>

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial - Ano 2025	Aquisições	Revalorizações	Depreciações	Reversões	Transferências / Abates	Quantia Escriturada Final - Ano 2025
Edifícios O. Construções	3 936,32 €			786,88 €			3 149,44 €
Equip. Transporte	20 896,33 €			7 851,78 €			13 044,55 €
	<b>24 832,65 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>8 638,66 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>16 193,99 €</b>

## 6- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores a pagar e a receber relativos á rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, são os que constam do seguinte quadro:

Rúbrica	31/12/2025		31/12/2024	
	A Pagar	A Receber	A Pagar	A Receber
242 - Retenção de impostos sobre o rendimento	113,00 €		116,00 €	
243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado		1 007,01 €		965,55 €
245 - Contribuições para a segurança social	2 764,71 €		3 383,76 €	
	<b>2 877,71 €</b>	<b>1 007,01 €</b>	<b>3 499,76 €</b>	<b>965,55 €</b>

A Direcção informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado e conformidade com o previsto no Artº 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

### 13 – INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em virtude de se considerar que não existe perda associada à realização de inventários, a entidade não reconheceu qualquer perda por imparidade para as reduzir ao seu valor realizável líquido ou valor de reposição.

#### ➤ INVENTÁRIOS / CMVMC

Descrição	2025		2024	
	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo
Inventários Iniciais				
Compras		29 312,64 €		28 645,20 €
Reclassificação e Reg. Inventários				
Inventários Finais				
	<u>0,00 €</u>	<u>29 312,64 €</u>	<u>0,00 €</u>	<u>28 645,20 €</u>
<b>CMVMC</b>	<u><b>29 312,64 €</b></u>		<u><b>28 645,20 €</b></u>	

### 14– RÉDITO

O valor do rédito da empresa é caracterizado no seguinte quadro:

Rúbrica	2025		2024	
	Réditos reconhecidos no período		Réditos reconhecidos no período	
Prestações de Serviços	Mercado Nacional		Mercado Nacional	
	721 - Quotas dos Utilizadores	63 981,30 €	721 - Quotas dos Utilizadores	58 227,50 €
	727 - Entidades / ISS, IP	92 747,25 €	727 - Entidades / ISS, IP	85 569,63 €
	Mercado Comunitário		Mercado Comunitário	
		<u><b>156 728,55 €</b></u>		<u><b>143 797,13 €</b></u>

### 15 – SUBSÍDIOS Á EXPLORAÇÃO

O valor dos subsídios á exploração é caracterizado no seguinte quadro:

Subsídios á Exploração	31/12/2025	31/12/2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	2 875,12 €	648,16 €
	<u><b>2 875,12 €</b></u>	<u><b>648,16 €</b></u>

## 16 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O valor dos outros rendimentos e ganhos obtidos pela entidade é caracterizado no seguinte quadro:

<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Correções Exercícios Anteriores	384,48 €	0,10 €
Imputação de subsídios para investimentos	5 000,00 €	7 000,00 €
	<b>5 384,48 €</b>	<b>7 000,10 €</b>

## 17 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O valor dos juros e rendimentos similares obtidos da entidade é caracterizado no seguinte quadro:

<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Juros Obtidos	114,36 €	1 153,27 €
	<b>114,36 €</b>	<b>1 153,27 €</b>

## 18 – FUNDOS PATRIMONIAIS

- **Fundo social**

O fundo social é de 4.987,98€ está totalmente subscrito e realizado.

- O fundo patrimonial da entidade está reflectido no seguinte mapa:

<b>Fundo Patrimonial</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fundo social	4 987,98 €	4 987,98 €
Resultados Transitados	114 862,54 €	110 746,60 €
Outras variações nos fundos sociais	10 000,00 €	15 000,00 €
Res .Liquido do Exercício	2 487,39 €	4 115,94 €
	<b>132 337,91 €</b>	<b>134 850,52 €</b>

## 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção no dia 31-03-2026.

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31-12-2025) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras

Aguiar, 31 de Março de 2026

A Direcção

O Contabilista Certificado

*Carlos Miguel Teixeira da Costa Soares*  
*Antonio Dias da Rocha*  
*Fernanda Maria Sousa Lopes*  
*Paulo Jorge Sobrinho Soares*  
*Susete Filipa Ferreira da Silva Nova*



**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AGUIAR**  
**NIF: 503 895 377**